

ARTIGO

GRUPOS POLÍTICOS, CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO  
EM RORAIMA

**Resumo**

Este trabalho procura refletir sobre o processo de formação e reorganização do grupos políticos do Estado de Roraima, a partir do fenômeno clientelista, sobretudo buscou analisar no período proposto da criação do ex-Território Federal do Rio Branco (1943), as lutas das elites locais para se manterem no cenário político com poder de mando após essas mudanças que os colocaram temporariamente aliados das decisões políticas. Na outra parte os líderes da nova estrutura montada com o território, possibilitaram a formação, consolidação e reorganização em um cenário futuro, cujas bases foram forjadas durante o final da década de 1980, em que a transformação do antigo Território em Estado era uma realidade. E é nesse contexto que os grupos construíram suas bases de sustentação, cujo clientelismo foi reforçado por elementos como nepotismo, corrupção e impunidade.

**Palavras-Chave:**

Grupos Políticos; Clientelismo; Corrupção; Poder; Elites.

**Abstract**

*This paper attempts to reflect on the process of training and reorganization of political groups in the state of Roraima, from the patronage phenomenon, particularly sought to examine the proposed period of the creation of the former Federal Territory of Rio Branco (1943), the struggles of local elites to remain on the political scene with command power after these changes temporarily put them priced out of policy decisions. In another part of the leaders of the new structure established with the territory, had enabled the formation, consolidation and reorganization in a future scenario, the base of which were forged during the late 1980s, in which the transformation of the old territory in the state was a reality. It is in this context that the groups built their bases of support, whose patronage reinforced by elements such as nepotism, corruption and impunity.*

**Keywords:**

*Political groups; clientelism; Corruption; Power; Elites.*

\* Mestre em Sociedade e Fronteiras PPGSOF/UFRR, professor do curso de História da Universidade Estadual de Roraima-UERR.

A formação do Estado brasileiro, desde que se tornou independente de Portugal em 1822, concebeu-se a partir de interesses de grupos, especificamente neste primeiro momento, dando poderes as oligarquias ligadas a terra e a economia agroexportadora montada sob o sistema escravocrata, tanto que o modelo em questão atendia as demandas do tráfico de escravos, principal mola de crédito da economia escravista. O tráfico, instituição só considerada ilegal em 1850, operou como financiadora do parlamento brasileiro por um longo tempo. Portanto, os elementos de construção societária brasileira hegemonizaram os interesses de particulares, de uma camada da sociedade, que resultou em um modelo “coronelista”. Uma prática da política brasileira que possibilitou poder aos estados e aos particulares com maior ênfase durante a República Velha. “O coronel era o comandante máximo da guarda nacional. Essa guarda foi criada em 1831, e substituiu as ordenanças da época colonial” (CARVALHO, 2004, p.27).

### *Raízes histórica do clientelismo*

A clássica obra de Victor Nunes Leal traz uma análise histórica, sociológica e política mostrando que “o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1997, p.40). Para Leal (1997), o que se observa de imediato ao buscar conhecer a vida política no interior é o fenômeno do coronelismo, ressaltando que não se trata de um fenômeno simples, mas atende a uma complexa rede de laços políticos que envolvem os “chefes” da política municipal com a grande maioria da população pauperizada e intermediária na relação de poder local. Nesse sentido, acredito que os aspectos ligados ao fenômeno do coronelismo analisado na obra de Leal (1997), Faoro (2004), são importantes no estudo das práticas de clientela da política atual. Na primeira obra citada, Victor Nunes Leal apontou o coronelismo como resultante de uma tríplice condição: superposição do sistema representativo sobre uma realidade social, e econômica inadequada, a dependência estrutural do município aos estados e à União, e o isolamento e a baixa comunicação do sistema local com o resto do país.

Na região do Rio Branco o final do século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX, a economia estava baseada na criação de gado, desenvolvendo uma sociedade de grandes fazendas, mesmo os que se enveredavam na extração de minério. De acordo com Oliveira (2003), objetivavam tornarem-se fazendeiros que era o que

estabelecia o status quo. Com isso, a montagem da sociedade riobranquense se configurou propiciando a formação do clientelismo, sobretudo com a criação do Território Federal do Rio Branco, sendo essa prática intrinsecamente ligada à instituição do aparelho governante burocrático (BAHIA, 2003, p.122). Vieira (2007) faz uma importante abordagem do desenvolvimento pecuarista desencadeado em conflitos entre os primeiros fazendeiros na disputa pela mão-de-obra indígena.

Vieira (2007) percebeu que a estratégia de se estabelecer na região do Rio Branco uma sociedade pecuarista, se deu na medida em que grande parte desses pecuaristas apossou-se das antigas fazendas nacionais e acabariam ditando as regras sociais, econômicas, políticas e religiosas nas primeiras décadas, tanto da criação do Município de Boa Vista do Rio Branco, ao período da criação do antigo Território Federal do Rio Branco.

Cirino (2008) analisa o processo de expansão da pecuária e os conflitos decorrentes desta disputa dos grupos oligárquicos que lutavam pelo domínio da região. Neste aspecto, relata o autor que esses conflitos se configuraram no estabelecimento de uma estrutura social do tipo coronelista. Marcadamente, observa-se que os primeiros habitantes desta região do Município de Boa Vista do Rio Branco, ou seja, os fazendeiros, vão ditar as diretrizes da política local. Para Barros (1995), a atmosfera provinciana ditada pela primazia das fazendas de gados que compunham o panorama coronelista e pecuário, produzindo um cenário de vila acanhada, só foi destruída na década de 1950, com a presença massiva de migrantes vindos de diversas unidades da federação para atuar nas repartições públicas federais, garimpos, colônias rurais, comércio, aproximando-se da conjuntura nacional.

Um elemento fundamental no processo de desenvolvimento das práticas clientelísticas é perceber como se compreende o fenômeno da política, nas mais diversas esferas de uma sociedade. No Brasil, e especificamente, em Roraima, ainda existe uma grande lacuna ou um desvio de concepção acerca da política. Percebe-se refletido no cenário político local a permanência de um Brasil arcaico cujo povo, excluído do processo político, fica a espera das lideranças que controlam e usufruem dos benefícios deste poder. De fato em Roraima o acesso ao sistema político se configura como privilégio de uns poucos, onde o Estado aparece como uma máquina forte em detrimento de um povo, ou sociedade civil frágil e desarticulada (SANTOS, 1998). Para Rémond (2003).

O político é uma das mais altas expressões de identidade coletiva: 'um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política quanto por sua literatura,

seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma como seus outros comportamentos políticos. (pp. 449-450).

A sociedade aqui formada pode ser percebida na lógica do domínio coronelista, de subjuço de algumas etnias indígenas, sobretudo os Macuxi e Wapichana, povos do primeiro contato com os colonizadores. Desta forma, os conflitos aqui gerados davam-se em torno da disputa pela mão-de-obra dos indígenas, entre colonos e missionários e, posteriormente, nas relações de compadrio estabelecidas entre os beneditinos e os fazendeiros locais. Portanto, a política que prevalece é a do mandonismo, do compadrio, da disputa estabelecida entre os primeiros fazendeiros e os Governadores indicados com a criação do Território Federal do Rio Branco. A lógica construída no espaço aqui analisado é da disputa de poder político, e no jogo político pode se considerar o uso da força legítima ou ilegítima para estabelecer uma organização ou uma ordem. Para Cardoso (2012, p. 41):

O poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes, o que é de grande relevância, já que tal poder não é atributo de alguém que o exerce, mas sim uma relação. Se as personagens em presença (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) nada tiverem a trocar, não poderão entrar em uma relação de poder, isto é, uma relação de força de que não é possível para qualquer das partes em presença retirar-se, mas na qual ninguém pode estar totalmente privado, pois, se assim fosse, teríamos saído da esfera propriamente política.

De fato, no ano de 1943, a instituição do Território foi responsável por alterar, de modo significativo, a organização do poder local: nesse momento de reestruturação política da administração pública em Roraima, criou-se o cargo de Governador do Território, indicado, a princípio, pelo presidente da República, posteriormente, pelo Ministro do Interior. No caso do prefeito, que desde os anos iniciais do século XX era escolhido habitualmente entre representantes da tradicional elite ligada à pecuária, extinguiu-se o direito de escolha: segundo o Estatuto Territorial, nos dois únicos municípios do Território Federal do Rio Branco, Boa Vista e Caracarái, o ocupante do cargo também assumiria por indicação política, nomeado pelo Governador. Tal situação permaneceu inalterada até o ano de 1985, alijando das disputas políticas, ao menos temporariamente, e para o primeiro escalão do poder executivo local, os dois grupos que até então dominavam a cena no Município de Boa Vista do Rio Branco (SANTILLI, 1994).

O Território Federal do Rio Branco foi criado e instituído através do Decreto Lei, N. 5.812, de 13 de setembro de 1943<sup>1</sup>. Com isso desanexou as terras pertencentes ao Município de Boa Vista do Rio Branco, do Estado do Amazonas. Esse processo corroborou de forma significativa com o alijamento temporário dos grupos políticos denominados de pioneiros, agora conferido e delegado aos governadores indicados. Esses territórios operavam como elementos de manipulação, conferindo ao Governo Federal as terras dos Estados, foi um mecanismo fundamental de estratégia da União, criando por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ ou direito de propriedade (BECKER, 1998). O Governador nomeado era delegado do Presidente da República, neste caso, os temas pertinentes ao Rio Branco se desvincularam do Palácio do Rio Negro, em Manaus e se transferiram para o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Para Freitas (1993) “com a criação do Território federal essa região vai sair da letargia que se encontrava na época em que era município do Estado do Amazonas”.

O primeiro Governador indicado para comandar o território recém-criado foi o carioca capitão Ene Garcez, um homem acostumado a trabalhar em regiões de fronteiras, que havia conhecido o presidente Getúlio Vargas em Rondônia, na época da visita do presidente a Amazônia. Segundo relata o próprio Ene Garcez, citado por Freitas (1993, p. 34),

[...] sempre que eu conversava com o presidente, ele tocava no assunto. Precisava nomear alguém para o Rio Branco. Até que, em abril de 1944, eu me ofereci para ir ser Governador, do Rio Branco. Ele não me convidou, eu é que de tanto ouvir o Presidente falar no assunto comigo, resolvi apresentar-me para ser Governador e fui nomeado no dia 19 de abril, dia do aniversário do presidente.

No entanto, Júlio Martins, que presenciou grande parte de fatos da história política local afirma que, anterior ao capitão Ene Garcez dos Reis, “foi indicado outro Governador para implantar o governo do Território Federal do Rio Branco”, esse governador que ele não recorda o nome, relata o entrevistado, “ao chegar em Boa Vista nem desceu do avião ao se deparar com a realidade decidiu voltar”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.

<sup>2</sup> Entrevista com o ex-prefeito de Boa Vista e ex-secretário geral do governo do Antigo Território Federal de Roraima Júlio Martins, em sua residência. (23/10/2013).

Em 1964, os militares assumem o governo brasileiro por meio de um golpe, após a deposição do presidente João Goulart, o Jango. Essa troca de comando trouxe mudanças significativas para o então Território Federal de Roraima, que recebeu essa nova nomenclatura em 1962, devido a um problema de correspondências que ocorria pela duplicidade de nomes do Território Federal do Rio Branco, com a capital do Acre. Com o governo militar, o Ministério do Interior ficou responsável pela nomeação dos Governadores dos territórios. Sendo que, no Território Federal de Roraima a força militar vai ser representada pela aeronáutica através de seus coronéis, majores e brigadeiros (FREITAS, 1997). Para Martins (2010), com a militarização em 1964<sup>3</sup>, “não houve grande alteração em termos de autonomia política, no Território Federal de Roraima”, além do domínio local do Governo Federal com os Governadores, que também eram responsáveis pela escolha dos prefeitos dos dois municípios, Boa Vista e Caracarái.

Para Santos (2004), a intervenção na Amazônia dos governos militares pode ser considerada de forma efetiva com a construção da rodovia Transamazônica, em 1970, pois foi nesse mesmo período projetada grande parte das estruturas rodoviárias, com a construção de outras rodovias, como a Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília. Para Becker (1990), entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro militarizado buscou implantar malha na Amazônia, cujas bases procuravam completar a apropriação física e controlar o território e a formação de redes de comunicações, circulações rodoviária, de telecomunicações, urbana etc.

Para Souza & Vieira (2009) e Martins (2010), no antigo Território o que ficou explicitado aos olhos da população foram as obras estruturais dando uma conotação peculiar ao regime militar, reforçado pelos constantes eventos de cunho populista protagonizado pelos Governadores do período militar. Com destaque para três destes Governadores, (Hélio da Costa Campos, Fernando Ramos Pereira e Ottomar de

---

<sup>3</sup> A presença dos militares no processo político brasileiro não teve início em 1964, durante momentos cruciais da história política do país tivemos a intervenção direta dos militares em várias fases. Portanto mesmo que se busque delimitar a entrada dos militares no processo político apenas a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em vários momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como elementos políticos atuantes. Foi assim, em 1889, com a Proclamação da República, na década de 1930 com a instalação do Estado Novo, em 1945 quando se buscou romper com a ditadura Vargas e em 1955, para garantir a posse de Kubitschek. Ver BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

Souza Pinto), cuja escolha não está relacionada a méritos, mas por se tratar de um maior destaque nas esferas de influência da política local, e que marcou na memória coletiva da população roraimense<sup>4</sup>.

Para entender melhor essa intervenção, na Região Amazônica precisamos compreender Roraima nesse espaço de fronteira, cujas políticas se inserem numa perspectiva geopolítica, a abertura dessa nova fronteira engloba-se também em uma esfera mercantil, colocando a região como uma área com um potencial econômico cujas estruturas iniciadas a partir da construção das malhas viárias amalgamaram esperanças e sonhos migrantes. Dessa estrutura surgem áreas de colonização durante o período militar respondem as políticas desenvolvidas e os grandes projetos desenvolvimentistas como: Programa de Integração Nacional (PIN) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDs)<sup>5</sup>. No caso do Território Federal de Roraima os maiores incentivadores desse programa foram os Governadores Hélio da Costa Campos (1967-1970) e (1970-1974), e Ramos Pereira (1974-1979) sendo que esse segundo buscou implantar as diretrizes contidas no POLAMAZÔNIA.

*Governadores do período militar: Hélio Campos, Ramos Pereira e Ottomar Pinto - Conflito, populismo e infraestrutura no território federal de Roraima*

O Tenente-Coronel Hélio da Costa Campo, carioca de Vila Isabel, também da Aeronáutica, cuja última missão foi governar o Território, foi o Governador que permaneceu no comando do Território por mais tempo, de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974. Portanto, em dois períodos, sendo o seu segundo mandato o mais significativo do ponto de vista de êxito de sua governabilidade, pois lhe propiciou um maior conhecimento da realidade local e dos anseios e lutas dos grupos políticos locais. E neste sentido procurou fazer seu governo com apoio desses grupos. Como representante da ARENA, precursor do PDS e do PFL, procurou logo neutralizar

---

<sup>4</sup> No entanto, vale ressaltar que os militares promoveram um verdadeiro massacre aos Waimiri-Atroari durante a abertura da BR 174. Para se ter uma maior informação ver o livro que faz parte do relatório da Comissão da Verdade do Estado do Amazonas, transformado em livro (A Ditadura Militar e o Genocídio do povo Waimiri-Atroari).

<sup>5</sup> Foram instituídas três versões do PND. O I PND, ao tratar do aspecto de integração da Amazônia, traz textualmente: "A estratégia para Amazônia, que é a de integrar, para desenvolver, assentará em duas linhas mestras: Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira, e ocupação econômica e desenvolvimento. O II PND definiu claramente as terras a serem ocupadas: os eixos de penetração na Amazônia ou seja, os vales e as rodovias e terras mais férteis, com prioridade para as zonas de fronteiras. O III PND foi o único dos Planos Nacionais de Desenvolvimento a citar textualmente, os Territórios Federais dentro das diretrizes formuladas ao longo período de 1964 a 1985.

o MDB, hoje PMDB, tendo na pessoa do Dr. Silvio Lofego Botelho, da ARENA, o candidato único a Deputado no pleito de 1970.

Com o término do governo de Hélio Campos, o comando do Território Federal de Roraima ficou sob a direção do Coronel Aviador amazonense Ramos Pereira. Segundo Freitas (1993), Pereira ficou conhecido no Território pela sua intransigência e sua postura firme, o que lhe rendeu uma grande resistência das lideranças locais, como a indisposição com a família Brasil, que migraram para o MDB. No entanto podemos observar durante o governo de Ramos Pereira nas aparições em público nos eventos inaugurais e visitas ao interior, uma incansável postura populista de ir ao encontro do povo, de abraços, beijo em crianças e um aparato de correligionários, muitos, membros dessas lideranças das quais se refere Freitas (1993).

Santos (2013) concorda com Freitas quando afirma que uma característica importante de seu governo foi que Ramos Pereira se apresentava como um entusiasta do II PND e para isso procurou construir as bases para a implementação da política desenvolvimentista do governo militar. Durante o seu governo que foi concluída a construção da BR 174, significando uma vitória das perspectivas de integração do Território com o resto do Brasil, e, sobretudo serviu para a implantação dos projetos de colonização. Ramos Pereira defendeu em seu governo a construção da Hidrelétrica da cachoeira do Bem-Querer com o objetivo de resolver o problema energético<sup>6</sup>. Sua política teve como aporte estrutural o chamado POLAMAZÔNIA, que também buscava fomentar o investimento no setor agropecuário do Território.

O que ficou marcado com maior ênfase durante o seu governo foi, sem dúvidas o término da construção da BR 174, pois no campo dos que propunham linhas mestras da ordem integracionista, a principal bandeira militar para a Amazônia, a conclusão da estrada Manaus-Boa Vista apresentava-se como uma grande vitória. A conclusão da rodovia 174 era esperada com grande expectativa pelos moradores do Território, sobretudo corroborava para intensificar a ocupação através das migrações no seu itinerário. A Ligação de Manaus com a Vila de Boa Vista do Rio Branco já era um sonho desde o século XIX, período em que se desenvolveram alguns projetos de sua abertura. No ano de 1893, o senhor Sebastião José Diniz foi contratado para coordenar o trabalho da Manaus-Boa Vista.

Dentre os Governadores do período militar aqui analisados, o sucessor de Ramos Pereira no governo do Território talvez seja o mais emblemático, o que mais soube articular características autoritárias com o populismo, cujos resultados o figuram entre um dos Governadores mais lembrados deste período pela população

---

<sup>6</sup> JBV, Boa Vista, 24/07/1976.

roraimense. Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, pernambucano de família humilde, chegou ao Território com a missão de dar continuidade às políticas dos PNDs, neste período já com o III PND. Sua capacidade de articulador político já se mostrara mesmo antes de vir assumir o cargo de Governador.

Como estratégia de governabilidade Ottomar instalou uma política de diplomacia com os grupos de interesses locais, o que lhe conferiu a fama de “Governador da paz”<sup>7</sup>, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado lideranças locais. De forma eficiente, formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixadas por Ramos Pereira. De um lado, os partidários de Hélio Campos eleito pela ARENA, com os votos de oposição ao governo Ramos Pereira e, do outro lado, os correligionários de Júlio Martins, também eleito pela ARENA, e os amigos de Ramos Pereira.

Portanto, tratava-se de duas correntes antagônicas, e Ottomar procurou pacificar a situação, procurando tê-los no seu governo. Para a Secretaria de Planejamento escolheu Getúlio Cruz, que representava a ala “nativa” de seu governo; ainda compunham o primeiro escalão do governo: Mozarildo Cavalcanti, Luiz Aimberê, Haroldo Amoras, Alcides Lima e Terezinha Calegari. Com isso, o início do governo Ottomar foi traduzido em diversos projetos, sobretudo no setor da agricultura.

Uma característica mais acentuada, que diverge as duas maneiras de governar entre Ottomar e seu antecessor, foi o grande investimento do segundo em intensificar os projetos de colonização, já que Ramos Pereira não tinha nenhuma intenção de colonizar o sul do estado, com incentivo na migração nordestina. Foi nesse período que ocorreu um grande esforço de povoamento do Território, sobretudo no seu interior, possibilitando a consolidação de várias colônias como: Alto Alegre, Taiano, Cantá, e Mucajá e novas frentes foram abertas: no São João da Baliza, Três Corações, Bonfim, Novo Paraíso, São Luiz do Anauá, Confiança I, II e III.

A proposta de construção de hidrelétrica e de uma Usina de produção de açúcar e álcool no Território deixa claro que o embrião da política dos governos militares na Amazônia, na sua parte mais setentrional, era consolidar uma estrutura para garantir uma colonização mais intensa nesta área de tríplice fronteira. Esta região se apresentava como o último oeste (CARDOSO & MULLER, 1978), ou seja, grande parte das terras do Território Federal de Roraima continuava inexplorada. Destarte, durante a gestão do brigadeiro Ottomar Pinto, a expansão demográfica foi um fator decisivo para as novas frentes de povoamento da chamada última fronteira agrícola,

---

<sup>7</sup> Segundo Santos (2013), Ottomar chegou a receber em um baile oficial o diploma, em couro de carneiro. (p 128).

por migrantes nordestinos, como se pôde constatar, essa proposta de promover uma nova frente de migração tinha novo interesse, o de transformar esse território em estado.

Considerando a Região Amazônica sob o olhar da geopolítica analisada por diversos autores como Becker (1990), Becker e Egler (1994), Santos (2013), as bases de consolidação se configuram a partir dos novos investimentos estruturais explicitados durante a gestão dos Governadores militares no Território. Nesse aspecto, parece que os grandes empreendimentos como a construção de obras edificantes mudaram de maneira significativa a capital Boa Vista, expressando na memória dos seus habitantes a consolidação efetiva, visível, do regime militar no antigo Território Federal de Roraima. Vale ressaltar que no caso do Território durante esse período, mecanismos que suscitam a memória são bastante utilizados como forma de manipulação das informações trazidas pelo *Jornal Boa Vista*, mostram um olhar do próprio governo, ou seja, ideias, eventos, construções que marcaram o cotidiano das pessoas.

Para Martins (2010).

No caso de Roraima, um conjunto de políticas e obras públicas impactou de modo significativo o cotidiano de quem vivia no Território Federal, permitindo que, em vinte anos – entre o início da década de 1970 e o final da década de 1980 –, o total da população no Território Federal de Roraima passasse de 40.885 para 217.583 habitantes. A chegada de migrantes de todos os lugares do Brasil – e a conseqüente alteração do cotidiano do Território e da cidade de Boa Vista – trouxe à tona a questão da identidade roraimense. Nesse contexto, o apelo do grupo denominado de “filhos da terra” à história escrita para diferenciar-se dos demais habitantes é um exemplo de invenção de tradição que deve ser considerado como uma ação direta em busca da formação de uma identidade local. Seu estudo pode oferecer, portanto, pistas de como se constituíram, em Roraima, as disputas concernentes à configuração da memória e da identidade coletivas. (pp. 30-31).

Desta forma, a história vivida nestes anos da ditadura militar no antigo Território Federal de Roraima foi marcada pelas políticas de Integração Nacional, cujas bases estruturantes marcaram a realidade local, modificando, de forma significativa, as estruturas físicas, mas, sobretudo, fez emergir símbolos e signos de desenvolvimento. Nesta lógica, a maioria da população que viveu esse período carrega em sua memória um tempo de “prosperidade” evidenciado através das estruturas edificadas, mas também as estratégias e ações assistencialistas e populistas postuladas pelos Governadores que, nas suas especificidades governamentais, souberam forjar as bases políticas do que viria a ser o novo Estado da Federação.

A década de 1980 se configurou como um momento importante para a redemocratização da política brasileira. As lutas sociais se espalharam pelo Brasil, o movimento pelas Diretas Já ganhou força, o poder dos militares já se deteriorava, tornando insustentável a permanência de um regime fechado e ditatorial. Era o processo de abertura política, depois de um logo e duro período de Ditadura;

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 assistiram, por toda a América Latina, a um intenso movimento de redemocratização, com a substituição das ditaduras militares que desde várias décadas dominavam o panorama político continental, não sendo o Brasil um caso único ou modelar do processo de transição democrática, embora, é claro, guarde como veremos inúmeras especificidades (SILVA, 2009 p.246).

O processo de redemocratização tem seu período de transição sob o comando do General Geisel, quando fatores externos e internos, como a pressão internacional provocaram o esgotamento desses modelos autoritários na América Latina, crescendo os movimentos de oposição à ditadura no Brasil. Neste cenário ocorreu, forte resistência dentro das Forças Armadas, cujos grupos ligados ao Serviço Nacional de Informação- SNI tentaram desestabilizar o processo com vários atentados a bomba nos anos de 1979 e 1980. Mesmo assim a redemocratização ocorreu inicialmente sob o controle dos militares, no que eles denominaram de “lenta, gradual e segura”, e, num segundo momento com a participação dos movimentos sociais e partidos de oposição<sup>8</sup>.

Depois de duas décadas a sociedade brasileira parecia empolgada para um novo tempo onde prevalecia a democracia, todavia encontrava-se atônita com a morte de Tancredo Neves que naquele momento representara o ícone do processo de retomada do regime democrático e no qual estavam depositadas as esperanças de mudança. Apesar de não ter sido violenta a transição foi tensa, existindo em alguns momentos reuniões de oficiais do exército com discursos onde classificavam a conjuntura política brasileira de pré-revolucionária e Tancredo Neves como ponta-de-lança do comunismo (COUTO, 2003).

Nesse período, os Governadores dos Territórios continuam a ser indicados politicamente, sendo escolhidos, por voto direto, os Prefeitos das Capitais. Entretanto,

---

<sup>8</sup> Ver maiores detalhes do processo de redemocratização em: (SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.

a escolha em Roraima foi retardada por causa do agravamento da doença do Presidente Tancredo Neves. Esse fato causou inquietação nas lideranças locais. Em uma sessão de cinco de março de 1985 o Deputado Federal pelo PFL, acusa a interferência do Governador do Amazonas Gilberto Mestrinho no processo de escolha. Na sessão do dia dezoito do mesmo mês o Deputado Mozarildo Cavalcanti<sup>9</sup> declara esperar que o processo de nomeação de Governador de Roraima “(...) obedeça pelo menos a critérios que levem em conta as lideranças políticas locais, que levem em conta os valores daquele povo, que sofra com nosso povo”.

Nesses apelos dos Deputados Federais reforçados pelos políticos locais, além do embate contra o que esses representantes denominavam de interferência de políticos forasteiros aos interesses locais, trazia no seu bojo perspectivas para futura criação do estado de Roraima como forma de garantir uma possível autonomia, cujos interesses se lograram a priori em duas vertentes: uma política se enquadrando a possibilidade de formação de um bloco se não coeso, mas que pelo menos, defendia uma garantia de enfrentamento contra a demarcação de terras indígenas e de interesse ambiental; e outra econômica, objetivando montar aqui empresas de exploração mineral e expansão agrícola, propiciada pela abertura da BR 174 junto ao levantamento feito pelo projeto RADAM<sup>10</sup>.

Após uma longa espera, no ano de 1985, assume o Governo do Território Federal de Roraima Getúlio Alberto de Souza Cruz, representante das forças locais. Um jornal local anunciara assim a escolha de Getúlio Cruz: “*Getúlio, uma esperança para Roraima Uma vitória incontestável. Uma vitória do entendimento, da composição e da conciliação*” (Jornal Folha de Boa Vista, 28 de junho de 1985).

Em entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, ele explica como se deu a sua indicação para o governo do ex-Território<sup>11</sup>. “*Fomos pra Brasília conversar com o Ulysses Guimarães e foi assim que o meu nome apareceu em consenso da maioria das lideranças locais e assim se formou um forte consenso de políticos muito ligado a situação no caso o PFL e ligado ao PMDB, sobretudo o Silvio Leite*”.

<sup>9</sup> Discurso na sessão da Câmara dos Deputados: 05 de março de 1985.

<sup>10</sup> Nesse contexto foram propostos projetos de exploração mineral, como o do Deputado Federal Mozarildo Cavalcanti. Em discurso no plenário da Câmara, Cavalcanti cobra a aprovação de projeto. Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao assumir a cadeira de Deputado Federal pelo Território de Roraima trouxe para o debate da Câmara, projetos de lei e outras proposições, dispondo sobre os problemas que afligem a vida daquela Unidade da Federação, dentre os quais destaco a exploração de nossas riquezas minerais, hoje extremamente prejudicadas pela ação da FUNAI. Desta forma, apresentei, no primeiro ano do meu mandato, o Projeto de Lei nº 9 1.179, que dispõe sobre a exploração da jazida mineral de cassiterita na região do Surucucus. (Diário do Congresso Nacional, Ano XL – N 015. Sexta Feira, 22 de março de 1985).

<sup>11</sup> Entrevista com o ex-Governador do ex-Território Federal de Roraima, o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz, em 26 de julho de 2008, em seu escritório na sede da Editora Boa Vista.

A fala do entrevistado demonstra claramente como representantes ditos locais, almejavam o cargo de Governador do então Território Federal de Roraima sob seus domínios, cuja ação desencadeou na superação de qualquer diferença política em nome de um “consenso” que atendia seus anseios políticos. No entanto, a chamada Aliança Democrática que teve importante papel na eleição do presidente Tancredo Neves e José Sarney, com apoio da bancada do PFL de Roraima não foi construída a partir da retórica consensual que dominava o cenário de publicidade, mas já nasceu rachada no então território.

Nesse quadro de uma aliança frágil o governo de Getúlio Cruz não durou muito tempo. Como percebemos na retórica pefelista de seu representante no Congresso Nacional, Mozarildo Cavalcanti, a escolha de Getúlio Cruz para governar o Território Federal de Roraima feita através da aliança PFL/PMDB, denominada “Aliança Democrática”, mesmo sendo vitoriosa no ano de 1985 nas Eleições Municipais do Território Federal de Roraima, pois além de garantir a vitória na capital Boa Vista, ganhou em mais seis Municípios, totalizando sete dos oito existentes na época<sup>12</sup>, se mostrara efêmera.

A exoneração do Governador Getúlio Cruz em 1987, cria uma expectativa pelo nome de seu substituto, e as lideranças políticas locais com o apoio dos empresários esperavam que fosse escolhido entre eles, sendo cogitada a volta de Getúlio e o nome de Deputados como Chagas Duarte. No entanto, o Presidente nomeou o General Roberto Klein, mais um “forasteiro” para desespero dos líderes locais que não aceitaram de forma pacífica conforme matéria no jornal “Tribuna de Roraima”, destacada em manchete “Empresários repudiam a intervenção alienígena”, pelo fato de não ter havido “[...] consultas as bases políticas e produtivas locais”. A elite local teve que engolir outra figura alheia a seus interesses, o General Roberto Klein. Para Freitas (1993) e Santos (2013), o novo governador administrou o ex-Território buscando não bater de frente com as forças políticas locais, e dando continuidade as obras deixadas por seu antecessor.

A conjuntura social e política do Território foi tomada pela presença de milhares de garimpeiros, ávidos pelo ouro que brotava fácil das terras de Roraima em regiões da área indígena yanomami, fazendo com que as forças políticas locais se aliassem a esse novo grupo de potenciais eleitores. Segundo Rodrigues (1996) em 1985, fim do regime militar garimpeiros empreenderam um avanço para a região de Surucucu, extraindo primeiramente a cassiterita, afirmando que forças econômicas e políticas de

---

<sup>12</sup> ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

Roraima apoiaram esse movimento liderado por José Altino Machado e o Deputado Federal João Fagundes. Neste cenário político é que foi indicado o novo Governador. Romero Jucá, ex-presidente da FUNAI. Para Cruz *apud* Santos (2013), Jucá veio para Roraima para beneficiar a mineradora Paranapanema<sup>13</sup>, mas quando percebeu o movimento de garimpeiros, mudou de posição, e procurou defender em suas ações governamentais a exploração do ouro e a permanência das atividades garimpeiras na terra indígena.

Foi também nessa conjuntura de redemocratização, a criação da União Democrática Ruralista-UDR<sup>14</sup> local, composta pelos fazendeiros, se apresentava como um importante mecanismo de luta da elite para garantir o poder político e econômico a partir da posse das terras do Estado. A UDR fomentou na política local um elemento conciliador dos grupos políticos, o liame capaz de unificar os interesses dos “nativistas” e dos “forasteiros”, que foi e é a luta contra as demarcações de terras indígenas. Portanto o tema que aproxima os grupos diferentes, ou antagônicos é a briga ferrenha para impedir a retomada das terras pelos indígenas, que foram consolidadas com a Constituição de 1988. Esses conflitos pelas demarcações das terras indígenas colocam bem claros a posição unânime dos grupos de interesses, que os utilizam como “bode expiatório” para a falta de políticas públicas (VIEIRA, 2007).

### *Surge um novo estado: ampliam-se os grupos políticos*

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Território Federal de Roraima, foi transformado em estado da Federação<sup>15</sup>. “A transformação do Território em estado abre uma nova perspectiva, um novo espaço político, principalmente institucional, para grupos e lideranças locais, antigos e novos” (SANTOS, 2004, p. 147). Sob esta nova conjuntura política, a consolidação do Estado de Roraima

---

<sup>13</sup> Na ocasião apresentou o Projeto Meridiano 62, idealizado por Romero Jucá que contemplava a organização de garimpagem na Terra Yanomamy, dentro das pequenas ilhas reservadas pelo Projeto Calha Norte. O nome refere-se a divisão do Rio Uraricoera o atual limite oeste meridiano 62. (Fonte Jornal do Brasil 11 de janeiro de 1990).

<sup>14</sup> Entidade Nacional criada em 1985, congregando os interesses dos grandes proprietários de terras, chegando a concorrer nas eleições presidenciais diretas de 1989, com Ronaldo Caiado. Atualmente tem grande representação no Congresso Nacional com 160 entre Deputados e Senadores. Aqui em Roraima foi fundada em 28 de agosto de 1987, com uma passeata com faixas de cunho nacionalista e duras críticas ao Bispo de Roraima na época Dom Aldo Mongiano (Jornal Folha de Boa Vista, sexta-feira 04 de setembro de 1987).

<sup>15</sup> A transformação dos antigos Territórios Roraima e Amapá, foi feita através do artigo 14 do ADCT da Constituição Federal (1988).

possibilita o fortalecimento dos grupos políticos, já estabelecidos e o surgimento de novos grupos e líderes, já que a engrenagem burocrática se alarga ampliando os cargos institucionais nas três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Desta forma corroborando com a prática da clientela que permeou e permeia a política do Estado de Roraima.

No entanto, a transformação dos antigos Territórios de Roraima e Amapá em estados da Federação tinha no Congresso uma grande resistência, sobretudo da bancada paulista e até da bancada do Amapá que compreendia a situação de dependência a União como favorável ao Território. Para os paulistas a transformação de Roraima em estado da Federação, significava que teria também três Senadores, o que era inadmissível para a elite política paulista essa maior divisão de poder. O fato é que houve articulações e um acordo entre a bancada roraimense e o presidente Sarney, com apoio daqueles aos cinco anos de mandato do presidente em troca de seu apoio na transformação de Roraima em estado<sup>16</sup>.

Em discurso no Congresso Nacional Mozarildo Cavalcanti cobra o acordo dos Deputados Federais de Roraima para a ampliação do mandato do presidente Sarney, “O presidente José Sarney, eleito juntamente com Tancredo Neves para uma mandato de seis anos, publicamente abriu mão de um ano, optando pelo de cinco anos, coincidindo, portanto, com a decisão tomada com a Assembleia Nacional Constituinte, no que tange aos futuros Presidente da República<sup>17</sup>”.

A eleição do primeiro governador também foi polarizada entre dois principais candidatos, Ottomar de Souza Pinto vencedor naquele momento, teve como principal adversário o também ex-Governador Romero Jucá. A vitória do primeiro depois de duas derrotas para Prefeito da capital potencializou a sua força política no Estado de Roraima, pois Ottomar derrotou o candidato que na teoria era quem mais aparecia com chances de vencer o pleito, já que foi ele quem governou o Território Federal de Roraima durante o processo de transição e procurou apoiar a população nas atividades de garimpo (RODRIGUES, 1996).

Sua vitória sobre Jucá foi resultado das ações realizadas no período em que foi Governador do Território (1979-1983), governou com apoio de membros da força política local, promovendo uma intensa migração de nordestinos, esse fato lhe trouxe resultado positivo nas urnas. Mais que isso, Ottomar não só criou sua base eleitoral através do incentivo da política migratória, como promoveu em sua gestão

---

<sup>16</sup> Ver depoimento do Senador Mozarildo sobre esse acordo em: LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. A Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima: de 1943-1988, (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira PPGSO\UFRR: Boa Vista, 2014).

<sup>17</sup> Diário do Congresso Nacional, Ano XLIII – Nº 046. Brasília, Quarta-Feira, 25 de maio de 1988.

uma política assistencialista, também apoiou os pecuaristas contra a demarcação de áreas indígenas realizando reuniões destes em repartições públicas, e participando de reuniões que a FUNAI promovia com as comunidades indígenas (SANTILLI, 2001 p. 70-71).

Para ex-Governador Getúlio Cruz a vitória de Ottomar ocorreu devido a um erro do ex-Governador Romero Jucá. Para Cruz Ottomar deixou o governo do antigo território politicamente desgastado, quase enxotado, segundo ele o que atrapalhou a eleição de Jucá foi a aliança política deste com o político alagoano João Lira<sup>18</sup> sogro do irmão do Collor, cuja atitude de “despejar” dinheiro ferindo ao que ele chama de “cidadania” das pessoas, possibilitou naquele momento uma virada para apoio eleitoral a Ottomar Pinto<sup>19</sup>.

Como Governador agora eleito pelo voto direto Ottomar Pinto deu continuidade as principais características que o fez ser conhecido durante o período militar. Como base de seu governo em continuidade as políticas de cunho assistencialistas e procurando alargar sua influência com a criação de novos municípios em 1994, e buscando formar base de enfrentamento contra a demarcação e homologação das Terras Indígenas em Roraima compromisso que fazia parte de sua política nas três vezes em que foi Governador<sup>20</sup>. Objetivando dar continuidade aos seus projetos, em 1994 inicia as negociações para a escolha de seu sucessor nas eleições daquele ano. O nome do escolhido para seu sucessor representava o seu poder dentro do grupo contrariando seus pares, pois esperava-se que o escolhido fosse o então vice-governador Airton Cascavel. Ottomar indicou o nome do engenheiro Neudo Campos, que saiu do pleito vitorioso e foi reeleito em 1998, rachando com seu mentor político<sup>21</sup>.

O Governador Neudo Campos durante o seu governo foi acusado pela justiça de envolvimento em um esquema de corrupção, conhecido como o caso gafanhoto eclodido após o inquérito da Polícia Federal, denominada “operação praga do Egi-

---

<sup>18</sup> Essa prática de importação de políticos de fora do Estado para concorrer a cargos no nascente poder legislativo estadual, os chamados políticos paraquedistas, foi uma constante no Estado de Roraima, desta forma, foram eleitos figuras totalmente estranhas como o Deputado Moysés Lipnik, Bernardo Cabral, políticos trazidos por Ottomar e Jucá respectivamente.

<sup>19</sup> Entrevista com o ex-Governador Getúlio Cruz, 26 de julho de 2008, em seu escritório na Editora Boa Vista.

<sup>20</sup> Raposa Serra do Sol: governo decreta luto oficial por sete dias. (Manchete vinculada no sítio do Jornal Folha de Boa Vista, 19 de 2005). Que foi matéria de análise do Artigo da professora Maria do Socorro Leal, intitulado “Raposa Serra do Sol na Mídia Roraimense: a Homologação. Publicado na Revista Icarahy 2010.

<sup>21</sup> Ver Lobo Junior, Manoel Ribeiro. A Formação e reorganização dos grupos políticos do Estado de Roraima 1943-1988. (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteira, UFRR, 2014).

to”, desbaratando uma verdadeira quadrilha de parlamentares, juizes, secretários de estado e cujo chefe era o próprio Governador, Neudo Campos (PPB). No esquema funcionários contratados tinham um salário alto, mas recebiam uma parte e repassavam a maior parte para seu chefe imediato, poderia ser um parlamentar ou um secretário que dividia com o chefe do executivo.

Nas investigações do Ministério Público Estadual (MPE), do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Federal, constam que no período de 1998, época em que o Estado estava sob o comando do Governador Neudo Campos (PPB), desenvolveu-se um amplo esquema de corrupção em que o governo criou um verdadeiro aparato de desvio de dinheiro da folha de pagamentos do estado. Estima-se que foram desviados por ano 70 milhões de reais, por cerca de cinco mil “gafanhotos”, que recebiam por procurações, a maioria desses procuradores eram parentes ou assessores de vinte Deputados e três conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, além de Secretários de estado. O campeão do esquema era o Deputado Jalser Renier Padilha, duas assessoras do Deputado detinham procurações de 135 gafanhotos, cujos salários somavam-se 243 mil reais mensais<sup>22</sup>. Desta forma, o Deputado ostentou uma vida suntuosa o que podia ser visualizado na sua luxuosa mansão, com piscina coberta e aquário no chão do quarto, Jalser ao defender-se das acusações relata em matéria jornalística,

Acusado de ter sido beneficiado com o recebimento de R\$ 243 mil, através do esquema gafanhoto, o Deputado estadual Jalser Renier (PFL), afirmou que tudo não passa de perseguição política, devido ao “bom trabalho” que realiza no Estado desde que ingressou na política.

“Eles não querem admitir que um político nascido aqui em Roraima possa crescer como eu cresci”, disse. “Citam um aquário no piso, ele afirma que trata-se de uma invencionice, coloquei a minha casa a disposição da imprensa para que fosse verificada a improcedência da informação<sup>23</sup>”.

Um discurso clássico e constante dos políticos quando são acusados, é o de remeter o fato a uma possível conspiração de seus “inimigos políticos”, ou seja, buscam desqualificar a investigação dando ao fato um caráter de perseguição política, cujos objetivos é denegrir sua imagem. Neste caso, o Deputado em questão usa de artifícios como o que permeia o cenário político local, dos conflitos que emergiram desde a criação do Território Federal de Roraima, entre os políticos considerados da

---

<sup>22</sup> Fonte: Folha de São Paulo, domingo, 21 de dezembro de 2003.

<sup>23</sup> Fonte: Jornal Folha de Boa Vista, quinta-feira, 31 de julho de 2003.

“terra” e os “forasteiros”. Reduzindo e buscando justificar a sua riqueza extraordinária e rápida como um fato normal, e só inadmissível sob o olhar dos políticos de fora, que não aceitam o seu sucesso pessoal, sustentando a velha lógica de que os seus ganhos permanecem no estado ou a velha lógica do “rouba mais faz”<sup>24</sup>.

### *Mecanismos da prática clientelística no estado de Roraima*

Notadamente a permanência desses grupos políticos frente ao poder nas esferas do Executivo, Legislativo e por que não dizer com a complacência do Judiciário, se dá pela competência dessas elites, uma capacidade de organização facilitada pela apropriação dos mecanismos que são cruciais para a ampliação e a manutenção de seu poder. Um desses mecanismos é a máquina do Estado. De fato, uma vez que conseguem êxito eleitoral, ou seja, o controle da máquina estatal, esses grupos colocam em prática os instrumentos que os credenciam a permanecer no controle. Desta forma, o uso de mecanismos clientelistas como empregos, serviços, cooptações de lideranças populares são uma constante para a manutenção do poder político, sob a égide de uma dominação legítima, cujas ferramentas em muitos casos no cenário local foram sustentadas pela dominação carismática.

O domínio carismático parece um mecanismo importante para compreender o controle político estabelecido pelos líderes dos grupos de interesse. Suas ações podem ser efetivadas pelas práticas assistencialistas, cujas bases sedimentam-se através do carisma, como pode ser observado nas ações do brigadeiro Ottomar. O então Governador se apresentava a população, sobretudo a grande massa como uma expressão do populismo demagógico, no meio do povo, em comícios e eventos de entrega de diferentes programas desenvolvidos durante seu governo. Ao mesmo tempo que, aos seus correligionários se apresentava com uma marca indelével de autoritarismo coronelista. Do outro lado os seus “mandados” acatam suas ordens como uma espécie de devoção incontestável. Desta forma, se montam os quadros burocráticos do serviço público, cujas regras obedecem a fidelidade irracional e não a competência e qualificação profissional para exercer cargos. O jogo doméstico exercido na formação dos quadros da burocracia é legitimado pelas estratégias clien-

---

<sup>24</sup> Tramita na 1ª Vara Federal, processo nº 2004.42.00.000796-5. Requerente Ministério Público Federal. Requerido Jalser Renier Padilha. Pois o caso gafanhoto foi desmembrado em vários processos devido o número de acusados e, sobretudo o grande número de acusações que pesam sobre eles. (Poder Judiciário, Seção Judiciária do Estado de Roraima, Sistema Processual, Processo e suas movimentações, página 13).

telistas. Em Roraima prevalecem ainda essas práticas clientelistas que perduraram de forma mais efetiva no período anterior a instituição do concurso público<sup>25</sup>.

Buscando alargar os tentáculos do poder, possibilitado pela máquina estatal, a Assembleia Legislativa através de líderes políticos iniciaram projetos de criação de novos Municípios<sup>26</sup>. Essa política atendia os anseios de ampliação de seus poderes, tanto que o critério adotado para a criação desses novos municípios<sup>27</sup> foi mais político que técnico. O que mais visavam esses grupos era a instituição da máquina Municipal e os diversos cargos que ela produziria. A Câmara Municipal e as Secretarias eram mais um mecanismo da geração de cabide de empregos que atendiam os favores da clientela<sup>28</sup>. De fato, tal procedimento está diretamente ligado a expansão de processos de cooptação e controle político, pois é nos municípios onde se dão as relações mais estreitas entre o eleitor e as lideranças políticas roraimenses que se articulam hierarquicamente.

Assim, percebe-se a importância das figuras do Prefeito e de Vereadores nesses Municípios formando alianças com Governadores e líderes nas Câmaras Estadual e Federal, que extrapolam as siglas partidárias. Isso explica a disputa ferrenha nas eleições da Câmara de Vereadores desses Municípios, cujas receitas são irrisórias, pois dependem totalmente dos recursos repassados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que é uma quantia insuficiente, dos convênios com os programas do Governo Federal e as verbas de emendas parlamentares. Santos (2013) analisa a partir do que ele denomina de paradoxo de fraqueza e força desses Municípios, fraqueza econômica e força no plano eleitoral.

Nesse sentido, formou como prática do jogo político no estado de Roraima a criação de verdadeiros “guetos eleitorais”<sup>29</sup> demarcados nos diferentes Municípios.

---

<sup>25</sup> Instituído no ano de 2003 sob a gestão do então Governador Flamarion Portela, ou seja, 13 anos após a criação do Estado. O Art. 37, Inciso II da Constituição Federal, traz o seguinte texto: - *a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.*

<sup>26</sup> Leis nº 082 e 083 de 04 de novembro de 1994, que criaram os municípios de Iracema e Caroebe e Leis nº 096, 097 e 098 de 1995 que criaram os municípios de: Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Cantá e Rorainópolis.

<sup>27</sup> Ver as leis: Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967, e a Lei Complementar nº 98 de 2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), traz o seguinte texto: Art. 2º, A criação, incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios dependerão da realização do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), e de consulta prévia, mediante plebiscito, as populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os prazos, procedimentos e condições estabelecidos nesta Lei Complementar;

<sup>28</sup> BAHIA, Luis Henrique. O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política. Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

<sup>29</sup> Gostaria de ressaltar que o termo “guetos eleitorais”, aqui utilizado refere-se como ao o controle do voto nas mãos de líderes políticos, como: deputados estaduais, deputados federais e senadores a uma

É comum encontrarmos deputados na Assembleia Legislativa que politicamente mandam e desmandam em alguns Municípios. Na Prática o próprio sistema político brasileiro alimenta o clientelismo, a forma como é montado o sistema político partidário, as eleições proporcionais e majoritárias com a necessidade de formar coligações entre os partidos fomentam a possibilidade de troca de cargos. Essa situação é explicada por Barry Ames, “as estruturas e regras eleitorais incentivam certos tipos de pessoas que já são políticos a agir de determinadas maneiras. Para entender como um sistema eleitoral influi na composição de uma classe política e seu comportamento subsequente, é preciso analisar as estratégias dos candidatos a cargos no Legislativo” (AMES, 2003, p. 105). Entretanto, dentro do processo democrático a distribuição de cargos, secretarias e outros aos partidos aliados são aceitáveis.

### *Considerações Finais*

Na busca para desvelar a miopia acerca da história política de Roraima, neste trabalho, procurei demonstrar, por meio de investigação em documentos, jornais e fontes orais, os elementos de formação e manutenção do poder político de alguns grupos de pressão e interesses que ao longo da construção histórica buscam por meio de práticas clientelistas, manutenção do poder nas esferas do Executivo e Legislativo. Desta forma, a instituição do antigo Território Federal do Rio Branco possibilitou criar e articular os mecanismos de poder entre os antigos mandatários e os novos líderes que foram produzidos durante a instituição do Governo Territorial.

Durante o Regime Militar o Território Federal de Roraima, foi marcado pelo clientelismo, e altamente dependente dos investimentos federais possibilitando para a população do Território, vislumbrar a partir dos projetos de integração que fomentaram a instalação das principais estruturas físicas da capital Boa Vista produzindo uma imagem diferente dos militares para os Territórios. E nesse bojo dos grandes investimentos emergiu dessa política de integração um dos mais influentes políticos que desde sua chegada ao Território Federal de Roraima (1979-1983), como Governador, se tornou um dos protagonistas da classe política com uma capacidade articuladora, aglutinando forças políticas locais e ao mesmo tempo agudizando conflitos

---

determinada área ou município, sendo que os mecanismos são: a compra de votos, e a troca de favores políticos como cargos e privilégios fomentado pela clientela, nesse caso os vereadores e prefeitos são os representantes desse ou daquele deputado ou senador, que fazem parte do grupo do governador ou da chamada “oposição”.

com novos líderes que despontaram com a criação do estado, que trataram logo de buscar seu espaço político dentro das esferas de poder que a institucionalização da máquina burocrática estatal lhes aferia.

*Recebido em novembro de 2014, aprovado em março de 2015.*

### *Referências Bibliográficas*

BAHIA, Luis Henrique. O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Universitária\UFPE, 1995.

BECKER, Bertha, EGLER, Cláudio. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos – Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BORGES, Nilson. A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: Novos Domínios da História/ organizadores, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. MULLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do Capitalismo. Editora Brasiliense: São Paulo, 1978.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. A “Boa Nova” na Língua Indígena: contornos da evangelização dos wapischana no século XX. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985. São Paulo, Record, 2003.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 13 ed. São Paulo, 1998.

- FREITAS, Aimberê. Geografia e História de Roraima. 5 ed, Manaus: Belvedere, 1997.
- FREITAS, Aimberê. História Política e Administrativa do Estado de Roraima. 1943-1985. São Paulo: Umberto Calderaro, 1993.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 4 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LOBO JUNIOR, Manoel Ribeiro. A Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima (1943-1988). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF\UFRR: Boa Vista, 2014.
- MARTINS, Elisângela. Memória do Regime Militar em Roraima. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2010.
- RÉMOND, René (org). Por Uma História Política. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará, NAEA, 1996.
- SANTILLI, Paulo. Pemong Patá: Território Macuxi, Rotas de conflito. São Paulo. Editora. Unesp, 2001.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Política e Poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970-2000) – Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SANTOS, Roberto Ramos. Roraima: do pára-quadismo político ao clientelismo. Textos & Debates. N°. 5, Editora da UFRR, CCH, Boa Vista, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. CRISE DA DITADURA MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra. Boa Vista: ed. UFRR, 2007.
- WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1 e 2. Brasília: UNB, 1999